

## Nada para nós sem nós

Gelei quando a simpática senhora que nos servia café se voltou para um sujeito a quem ela chamava de “prefeito”, que intuí fosse o “dono” da comunidade, e disse jocosamente: “em vez de lhe pagar mensalmente R\$50 pela água, vou pagar R\$15 para a Sabesp”. Para meu alívio, o “prefeito” reagiu serenamente.

Receava que a implantação do Programa Água Legal contrariasse o crime organizado devido à perda de receita com a venda de água furtada da própria Sabesp. Água que chegava às casas dos moradores por tubos improvisados, com muitos vazamentos. Felizmente esse “serviço” não constituía fonte de receita relevante para o tráfico de drogas. Por isso não houve oposição à substituição do caótico sistema por um outro, muito mais eficaz. A Sabesp delegou a construção e operação do novo sistema a uma empresa terceirizada, que aceitou contratar mão de obra local, e condicionou o lucro à redução das perdas de água.

No caso de áreas conflagradas do Rio, a regularização será bem mais difícil. Rodrigo Pimentel, ex-capitão da Polícia Militar do Rio, cujas experiências moldaram o personagem Capitão Nascimento do filme Tropa de Elite, disse num evento organizado pela Light (31/10) que a venda de drogas é hoje componente menor na receita dos grupos armados. A exploração das próprias comunidades e o cometimento de outros crimes facilitados pelo domínio do território passaram a ser mais relevantes.

As famílias que vivem nessas comunidades são exploradas. Por exemplo, são forçadas a comprar botijão de gás por R\$140, quando o preço de mercado é R\$100. Pagam também um valor mensal pelas utilidades furtadas das concessionárias de serviço público (água, eletricidade e internet).

O consumo per capita é em geral maior do que em áreas regulares porque: (1) a urbanização é caótica, com precária ventilação entre as habitações, o que induz ao uso de muita eletricidade em aparelhos de ar-condicionado; (2) há muito desperdício (o valor cobrado não varia com o volume); (3) o furto de água, energia elétrica e internet é culturalmente aceito por uma população que não respeita as regras porque não se sente respeitada.

Sob a ótica das concessionárias, há uma dupla perda: a receita não aferida e o custo de produzir utilidades para serem desperdiçadas. O que fazer? Arrisco dois palpites. Primeiro, atuar na dimensão econômica. No caso da eletricidade, o recente decreto sobre renovação de contratos de distribuição permite que as tarifas sejam diferenciadas nas áreas em que o combate ao furto de energia e à inadimplência seja muito complexo. É uma oportunidade para reconhecer, por exemplo, que o consumo em habitações onde moram muitas pessoas tende a ser maior do que onde moram poucas. Segundo, atuar na dimensão social. Na Índia, mulheres das comunidades foram mobilizadas para atuar como agentes de regularização dos serviços. Aqui, faria sentido imitar a experiência e remunerar as mulheres proporcionalmente ao custo do desperdício evitado.

São ideias concebidas à distância por quem se preocupa tanto com os problemas locais quanto com a sustentabilidade global. Para serem validadas, seria preciso ouvir as próprias comunidades. Nas palavras de um ativista social, “nada para nós sem nós”.

## Deputado francês compara carne brasileira a lixo em voto simbólico contra UE-Mercosul

Resultado na Assembleia Nacional sinaliza unidade dos partidos, da extrema esquerda à ultradireita, contra o pacto de livre-comércio

André Fontenelle

PARIS Em votação na noite desta terça (26), a Assembleia Nacional da França rejeitou por 484 votos a 70 o acordo União Europeia-Mercosul. O resultado só tem valor simbólico, pois os parlamentos nacionais não têm poder na negociação entre os blocos, mas sinaliza a unidade dos partidos franceses, da extrema esquerda à ultradireita, contra o texto.

Na sessão, a carne brasileira foi a maior vilã, citada em vários discursos em termos fortemente pejorativos.

"Nossos agricultores não querem morrer e nossos pratos não são latas de lixo", discursou o deputado Vincent Trébuchet (partido UDR, de direita).

Antoine Vermorel-Marques (Republicanos, direita) comparou a tradicional vaca charoleisa francesa, "rústica e maternal", com a mesma raça bovina criada na América do Sul.

"Aglutinada em fazendas de 10 mil cabeças, engordada, condenada aos ferros, comendo soja transgênica, em um hectare onde antes havia a floresta amazônica, abatida sem dó nem piedade e empacotada em um cargueiro refrigerado. Seu destino? Nossas mesas, nossas cantinas, vendida a metade do preço, financiada ao custo da nossa saúde, alimentada com um pesticida proibido na Europa, que fragiliza a gravidez e ataca a saúde dos recém-nascidos", disse ele.

Nesta terça (26), ao comentar o pedido de desculpas do Carrefour sobre a carne brasileira, o ministro da Agricultura, Carlos Favaro, disse que o Brasil tem responsabilidade com os produtos que entrega e que o governo está aberto a dialogar sobre transparência, rastreabilidade e compromissos de sustentabilidade.

"Como o modelo brasileiro é



Caminhão joga lixo na frente de escritório do governo francês em Le Mans em ato contra o acordo entre UE e Mercosul. Jean-François Monier/AFP

tão competitivo?", questionou, na Assembleia, a deputada Hélène Laporte (partido RN, ultradireita). "Uma ultraconcentração da produção, com três empresas dividindo 92% da produção destinada à exportação, desmatamento maciço e uso de antibióticos sem moderação. Vamos usar a pecuária brasileira como modelo? Para o RN, a resposta é não."

Ela admitiu que a cota prevista no acordo para a carne do Mercosul representa menos de 2% do consumo europeu. Segundo ela, porém, isso "basta para desestabilizar o mercado francês".

"A França está contra a parede. A Comissão Europeia quer, de forma opaca, forçar a aprovação do acordo", acusou Arnaud Le Gall (França Insubmissa, extrema-esquerda).

As cotas de importação livres de impostos previstas no acordo representam valores relativamente pequenos em relação a o que a União Europeia produz: 99 mil toneladas de carne bovina (1,6% da produção da UE), 25 mil de carne suína (0,1%), 180 mil de

aves (1,4%), 190 mil toneladas de açúcar (1,2%). No sentido inverso, haverá redução progressiva de taxas sobre produtos industriais europeus, como os automóveis. Isso fez o acordo ser apelidado na França de "boeuf contre bag-nole", ou "carne por carro".

Nesta quarta (27), o Senado francês também deve debater e votar o acordo. Assim como o voto dos deputados, o resultado será meramente simbólico.

Para rejeitar o acordo, a França precisa reunir pelo menos quatro países europeus que, juntos, representem pelo menos 35% da população da União Europeia. Além dos franceses, os poloneses também declararam oposição ao texto. Existe a possibilidade de assinatura do acordo na próxima semana, em Montevídeu, no Uruguai.

Entre outros argumentos, foram usadas a defesa das populações indígenas brasileiras contra o desmatamento e a proteção dos camponeses brasileiros contra o êxodo rural que aumentaria a população das favelas.

## Nada para nós sem nós

É preciso ouvir as comunidades para regularizar água e luz em áreas conflagradas

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Gelei quando a simpática senhora que nos servia café se voltou para um sujeito a quem ela chamava de "prefeito", que intuí fosse o "dono" da comunidade, e disse jocosamente: "Em vez de lhe pagar mensalmente R\$ 50 pela água, vou pagar R\$ 15 para a Sabesp". Para meu alívio, o "prefeito" reagiu serenamente.

Receava que a implantação do Programa Água Legal contrariasse o crime organizado devido à perda de receita com a venda de água furtada da própria Sabesp. Água que chegava às casas dos moradores por tubos improvisados, com muitos vazamentos. Felizmente esse "serviço" não constituía fonte de receita relevante para o tráfico de drogas. Por isso não houve oposição à substituição do caótico sistema por um outro, muito mais eficaz. A Sabesp delegou a construção e a operação do novo sistema a uma empresa terceirizada, que aceitou contratar mão de obra local, e condicionou o lucro à redução das perdas de água.

No caso de áreas conflagradas do Rio, a regularização será bem mais difícil. Rodrigo Pimentel, ex-capitão da Polícia Militar do Rio, cujas experiências moldaram o personagem Capitão Nascimento, do filme "Tropa de Elite", disse num evento organizado pela Light (31/10) que a venda de drogas é hoje componente menor na receita dos grupos armados. A exploração das próprias comunidades e o cometimento de outros crimes facilitados pelo domínio do território passaram a ser mais relevantes.

As famílias que vivem nessas comunidades são exploradas. Por exemplo, são forçadas a comprar botijão de gás por R\$ 140, quando o preço de mercado é R\$ 100. Pagam também um valor mensal pelas utilidades furtadas das concessionárias de serviço público (água, eletricidade e internet).

O consumo per capita é em geral maior do que em áreas regulares porque:

- 1) a urbanização é caótica, com precária ventilação entre as habitações, o que induz ao uso de muita eletricidade em aparelhos de ar-condicionado;
- 2) há muito desperdício (o valor cobrado não varia com o volume);
- 3) o furto de água, energia elétrica e internet é culturalmente aceito por uma população que não respeita as regras porque não se sente respeitada.

Sob a ótica das concessionárias, há uma dupla perda: a receita não aferida e o custo de produzir utilidades para serem desperdiçadas. O que fazer? Arrisco dois palpites.

Primeiro, atuar na dimensão econômica. No caso da eletricidade, o recente decreto sobre renovação de contratos de distribuição permite que as tarifas sejam diferenciadas nas áreas em que o combate ao furto de energia e à inadimplência seja muito complexo. É uma oportunidade para reconhecer, por exemplo, que o consumo em habitações onde moram muitas pessoas tende a ser maior do que onde moram poucas.

Segundo, atuar na dimensão social. Na Índia, mulheres das comunidades foram mobilizadas para atuar como agentes de regularização dos serviços. Aqui, faria sentido imitar a experiência e remunerar as mulheres proporcionalmente ao custo do desperdício evitado.

São ideias concebidas a distância por quem se preocupa tanto com os problemas locais quanto com a sustentabilidade global. Para serem validadas, seria preciso ouvir as próprias comunidades. Nas palavras de um ativista social, "nada para nós sem nós".

## 'Carta foi muito fraca, dado o estrago de imagem que produziu', diz Lira sobre resposta do Carrefour

André Borges

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), disse que a resposta dada pelo presidente mundial do Grupo Carrefour, Alexandre Bompard, ao agronegócio brasileiro após boicote contra a empresa ficou abaixo do esperado.

"A carta ficou muito fraca, dado o estrago de imagem que produziu", disse Lira, em encontro na sede da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), em Brasília.

O posicionamento do Carrefour ocorreu seis dias após o CEO publicar um comunicado nas redes sociais em que anunciava que as lojas francesas não comprariam mais carne vinda do Mercosul, diante do "risco de inundar o mercado francês com uma produção de carne que não respeita suas exigências e normas". A publicação provocou boicote de produtores brasileiros à empresa.

O presidente da Câmara confirmou que vai requerer urgência para votação do Projeto de

Lei da Reciprocidade Ambiental, como está sendo chamado o PL 1406/2024, que tramita na Câmara. Lira disse que o Congresso vai dar a sua "resposta" ao executivo Alexandre Bompard.

Com o projeto de lei, o Congresso pretende impor o mesmo nível de restrição ambiental que seu parceiro comercial impõe ao Brasil. Ainda não foi detalhado como isso ocorreria e que possíveis efeitos poderia ter, inclusive, sobre grandes parceiros comerciais do Brasil.